



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Trabalho,
de Administração e Serviço Público

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2022

(Da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público)

Requer informações ao Senhor Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) acerca do sigilo (grau “reservado”) imposto a informações de servidores lotados no Gabinete Regional da Presidência da República no Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115, inciso I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência, ouvida a Mesa, o encaminhamento de Requerimento de Informação ao Senhor Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) acerca do sigilo (grau “reservado”) imposto a informações de servidores lotados no Gabinete Regional da Presidência da República no Rio de Janeiro.

Esclareço que tal solicitação decorre da aprovação do Requerimento nº 24/2022, de autoria do Deputado Rogério Correia, aprovado por este Colegiado, em reunião ordinária realizada no dia 24 de maio deste, que versa sobre o tema supracitado, cujo objetivo é dar conhecimento a esta Comissão dos questionamentos levantados.

Desta forma, faz-se necessário o esclarecimento das questões abaixo:

- Quantos e quem são os servidores efetivamente prestam expediente no Gabinete Regional da Presidência da República no Rio de Janeiro?
- São servidores públicos ocupantes de cargos efetivos ou de cargos em comissão de livre nomeação? E que cargos ocupam?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Trabalho,
de Administração e Serviço Público

- Estão efetivamente lotados na Presidência da República? Em caso afirmativo, qual é precisamente a lotação desses servidores na estrutura da Presidência da República, ou seja, a que órgão da Presidência estão subordinados? Em caso negativo, a que outro órgão se vinculam?

- Qual o fundamento da classificação em grau de reservado atribuída às informações atinentes a tais servidores? É, à luz da Constituição de 1988 e da Lei de Acesso à Informação, imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado?

Atenciosamente,

Sala da Comissão, 24 de maio de 2021.

Deputado LEÔNIDAS CRISTINO
Presidente

